

MÃE DE DEUS
– ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2017 e 2016

Ponta Delgada, março de 2018

R

Relatório da Direção

A Mãe de Deus, Associação de Solidariedade Social (Mãe de Deus) obteve no exercício de 2017, um Resultado líquido do período positivo de +76.449 euros que compara com um valor também positivo de +6.757 euros obtido no ano de 2016.

A nível de rendimentos (Serviços prestados e subsídios à exploração) houve um aumento de +12% para 1.420.349 euros (1.271.936 euros em 2016), com os Serviços prestados a aumentarem +8% (de 99.117 euros para 106.804 euros, devido às mensalidades da creche que aumentaram +11% para 70.343 euros) e os Subsídios à exploração a aumentarem +12% (de 1.172.819 euros para 1.313.545 euros). Os Outros rendimentos tiveram um bom comportamento (+6% para 254.848 euros) devido às alienações efetuadas no valor de 60.491 euros. A rubrica de Juros obtidos com -62% para 2.414 euros (6.328 euros em 2016) resulta da redução continuada das taxas de juro das aplicações. Em síntese, os rendimentos globais atingiram um valor de 1.677.610 euros (+10%), derivado dos fatores acima referidos.

A nível dos gastos associados à atividade (Custo das matérias consumidas, FSE e Gastos com pessoal) houve um aumento de +5% (de 1.427.184 euros para 1.502.127 euros), com os Gastos com o pessoal e os FSE a aumentarem, respetivamente, 6% e 15%, enquanto o Custo das matérias consumidas diminuíram -17%. A comparação dos rendimentos e dos gastos ligados à atividade, ilustram de forma clara o real défice operacional – 81.778 euros em 2017 (155.248 euros em 2016), representando uma melhoria de +47%, maioritariamente devido ao insuficiente financiamento das valências ligadas à atividade social por parte da Segurança Social (ver Nota 25 do anexo).

O Resultado líquido do período alcançado não deve fazer esquecer a dependência da Mãe de Deus dos ganhos prediais e financeiros, e dos donativos, para a estabilização da sua tesouraria (ver Nota 22 do anexo), e dos juros de depósitos a prazo (ver Nota 24 do anexo), que no seu conjunto representaram 198.632 euros em 2017 (176.894 euros em 2016).

A nível patrimonial, saliente-se o aumento do Ativo em +42% para 3.054.119 euros, com ênfase para os investimentos realizados no seu ativo fixo tangível líquido que aumentou +49% para 2.455.495 euros. Os Capitais próprios também obtiveram um aumento significativo de +40% para 2.485.985 euros, devido ao aumento dos subsídios ao investimento ainda não levados a rendimentos (+86% para 1.271.706 euros). O Passivo também aumentou +48% para 568.134 euros devido aos Fornecedores de investimento ainda não liquidados (257.543 euros), dado que os fornecedores normais de exploração até diminuíram -72% para 28.042 euros.

Nos **Centros de Custos**, dos catorze existentes, nove tiveram resultados positivos, com realce para o “Prédio José do Canto” com 87.610 euros (93.700 euros em 2016), “Donativos” com


10.896 euros (17.890 euros em 2016), "Creche" com 13.672 euros (15.313 euros em 2016) e "Casa César Cabido" com 6.232 euros (-83.763 euros em 2016).

Ao invés, os principais valores negativos são da "Casa Sorriso" com -33.219 euros (-21.465 euros em 2016), "Alegria sem idade" com -19.798 euros (+20.834 euros em 2016), "Residência Lua Nova" com -6.557 euros (-14.593 euros em 2016) e "Cantina Social" com -6.569 euros (-18.431 euros em 2016).

Perspetivas para 2018, não se prevê para a Mãe de Deus uma significativa alteração dos subsídios à exploração a receber, pelo que se estima para 2018 a manutenção de resultados equilibrados.

Proposta de aplicação dos resultados de 2017 – a Direção irá propor á Assembleia Geral que os resultados obtidos no valor de 76.449 euros sejam transferidos para Resultados transitados.

Resta realçar a sólida situação financeira da Mãe de Deus, que possui uma Autonomia Financeira de 81% e disponibilidades superiores a 440 mil euros, que lhe possibilitarão prosseguir a sua missão de solidariedade social e de melhoria das condições dos seus colaboradores e utentes. ✓


A Direção

Balanço a 31 de dezembro de 2017

Euros

Entidade: Mãe de Deus, Associação de Solidariedade Social NIF: 512 012 199	Notas	2017	2016
ATIVO			
Ativo não corrente		2 465 059	1 650 307
Ativos fixos tangíveis	7	2 455 495	1 645 060
Ativos intangíveis	8	4 542	5 248
Investimentos financeiros		5 022	0
Ativo corrente		589 060	506 547
Inventários		4 211	0
Créditos a receber	10	1 431	990
Estado e outros entes públicos	11	55 338	21 069
Fundadores/beneméritos/associados/membros	6	19 527	15 645
Diferimentos	13	3 503	2 816
Outros ativos correntes	4	64 588	50 744
Caixa e depósitos bancários	4	440 463	415 282
TOTAL DO ATIVO		3 054 119	2 156 854
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	6 e 16	292 965	292 965
Reservas		0	0
Resultados transitados	16	742 793	736 036
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	16	1 373 779	737 709
Resultado líquido do período	16	76 449	6 757
Total dos fundos patrimoniais		2 485 985	1 773 466
Passivo			
Passivo não corrente		84 241	98 216
Financiamentos obtidos	9	84 241	98 216
Outras dívidas a pagar		0	0
Passivo corrente		483 893	285 172
Fornecedores	14	28 042	100 516
Estado e outros entes públicos	11	34 949	20 332
Fundadores/beneméritos/associados/membros		0	0
Financiamentos obtidos		0	0
Diferimentos	15	0	1 861
Outros passivos correntes	13	420 902	162 463
Total do passivo		568 134	383 388
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO		3 054 119	2 156 854

CC n° 1694

Direção




Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de dezembro de 2017

Euros

Entidade: Mãe de Deus, Associação de Solidariedade Social NIF: 512 012 199	Notas	2017	2016
Rendimentos e Gastos			
Vendas e serviços prestados	6 e 17	106 804	99 117
Subsídios, doações e legados à exploração	18	1 313 545	1 172 819
Trabalhos para a própria entidade		0	0
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19	-99 952	-120 279
Fornecimentos e serviços externos	20	-218 599	-189 607
Gastos com o pessoal	21	-1 183 576	-1 117 298
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)		0	0
Aumentos / reduções de justo valor		0	0
Outros rendimentos	22	254 848	240 390
Outros gastos	23	-9 087	-3 346
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		163 982	81 796
Gastos/reversões de depreciação e amortização	7 e 8	-89 543	-80 594
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		74 439	1 202
Juros e rendimentos similares obtidos	24	2 414	6 328
Juros e gastos similares suportados	24	-404	-773
Resultado antes de impostos		76 449	6 757
Imposto sobre o rendimento do período		0	0
Resultado líquido do período		76 449	6 757

CC nº 1694

Direção



ACTA N.º 43

9
H

Aos vinte e oito dias do mês de maio de dois mil e dezoito, pelas dezoito horas reuniu o Conselho Fiscal da Mãe de Deus, Associação de Solidariedade Social, constituído pela Dr.ª Ana Homem de Gouveia, Presidente, Dr.º Ruben Cordeiro e Dr.ª Mariana Gnaea Batista.

PARÉCER DO CONSELHO FISCAL - Em cumprimento dos deveres legais e no âmbito das funções que nos são cometidas na Alínea A do Artigo trigesimo Quarto dos Estatutos, o Conselho Fiscal emite o parecer sobre a conta de gestão da Mãe de Deus, Associação de Solidariedade Social, relativo ao ano de dois mil e dezassete e que vai ser presente à Assembleia Geral, para efeitos de aprovação.

Durante o exercício e na nossa missão fiscalizadora, acompanhamos de perto a actividade da Instituição, através da análise dos valores patrimoniais e dos documentos contabilísticos que lhe serviram de suporte e verificamos também o cumprimento das normas utilizadas na base do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), para as Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Assim, somos do seguinte parecer:

Seja aprovado o relatório e contas, referente ao exercício do ano de dois mil e dezassete.

Congratulamo-nos com o resultado do exercício do ano económico de dois mil e dezassete, no montante de setenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e nove euros. Seja realçada a notável acção da Direcção, nos domínios da gestão social e económica dos interesses estatutários da Mãe de Deus, Associação de Solidariedade Social e do apoio a este Conselho Fiscal, no desempenho das suas atribuições.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente acta que depois de ser lida e aprovada vai ser assinada pelos membros presentes.

A Presidente: *Ph. L. L.*

Doc. Com. C. C.

OS vogais: *tar. le. sup. Comen. B. t. sh*
Ph. L. L.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

1-IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 – **Designação da entidade:** Mãe de Deus, Associação de Solidariedade Social (Mãe de Deus)

1.2 – **Sede:** Rua da Mãe de Deus, 38 – São Pedro, Ponta Delgada, concelho de Ponta Delgada.

1.3 – **NIPC:** 512 012 199

1.4 – **Natureza da atividade:** Atividades de apoio social para crianças e jovens, com alojamento, n. e. – CAE Rev 3 – 87 901.

1.5 - Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2-REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas respeitando as alterações ao Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-lei nº98/2015, de 2 de junho, que transpõe para o ordenamento jurídico interno a Diretiva nº 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013. A publicação do Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho visou para além da transposição da citada diretiva, proceder à unificação e clareza do sistema contabilístico, aprovado pelo Decreto-lei nº 158/2009, de 13 de julho, com as sucessivas alterações de que foi objeto.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), no âmbito da Portaria nº 220/2015 de 24 de junho.

2.2 – Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

O Sistema de Normalização Contabilística foi alterado em 2015, com aplicação ao período iniciado em 1 de janeiro de 2016, o qual não produziu efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Mãe de Deus, para além de algumas agregações e alterações nos nomes das rubricas contabilísticas.

3-PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:



As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo quando indicado.

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da **Mãe de Deus**, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações. As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método de quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado. Os dispêndios subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos são reconhecidos no custo do ativo, enquanto as despesas com reparações e manutenção que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são reconhecidas como gastos do período em que são incorridos.

As taxas de depreciações correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

Ativo fixo tangível	Vida útil (anos)
Edifícios	10 a 50
Equipamento básico	1 a 10
Equipamento de transporte	4 a 5
Equipamento administrativo	1 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 10

As vidas úteis e o método de depreciação dos ativos fixos tangíveis são periodicamente revistos. O efeito de alguma alteração a essas estimativas contabilísticas é reconhecido prospectivamente nas demonstrações financeiras.

Os ganhos ou perdas resultantes da alienação ou abate dos ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados no período em que ocorrem.

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis referem-se a direitos de utilização de software, e são mensurados ao custo deduzido das amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis são amortizados, numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso. Os ativos intangíveis só são reconhecidos quando satisfazem as condições de identificabilidade, controlo sobre um recurso e benefício económico futuro.

As taxas de amortizações correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

Ativo intangível	Vida útil (anos)
Projetos de desenvolvimento	1 a 3
Programas de computador	1 a 3

Imparidades de ativos fixos tangíveis e intangíveis

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da **Mãe de Deus** são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação a quantia recuperável dos respetivos ativos e, sempre que for inferior é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados.

Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros, que são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a **Mãe de Deus** se torna parte das correspondentes disposições contratuais, estão mensurados ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

Imparidades de ativos financeiros

As quantias escrituradas dos ativos financeiros são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se existe evidência objetiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses ativos serão, ou não, afetados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas e subsequentemente serão também revertidas por resultados, caso essa diminuição possa ser objetivamente relacionada com situações que tiveram lugar após o seu reconhecimento.

Rédito

A **Mãe de Deus** presta serviços e recebe quotas dos seus membros/associados, e o rédito proveniente das prestações de serviços e das quotas é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber. O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja aprovável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Associados/Membros e outras dívidas de terceiros

As dívidas dos membros estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade.

As dívidas de «outros terceiros» encontram-se mensuradas ao custo.

As dívidas de membros ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

R

f

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo. Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Os encargos financeiros de financiamentos obtidos diretamente relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis incorridos até à data em que ficam disponíveis para a utilização são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas como ativos e passivos, designadamente nas rubricas de Outras contas a receber e a pagar e diferimentos.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de refeição, subsídio de férias e de natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito às férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Eventos subsequentes

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço que proporcionem prova de condições que existiam nessa data dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras e aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após essa data não darão lugar a ajustamentos, mas serão divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente significativos.

Subsídios

As participações financeiras do Governo Regional e de terceiros, atribuídas a fundo perdido, a projetos de investimento e no exercício de atividades exercidas e não financiadas no âmbito do contrato de gestão de serviços de interesse económico social são reconhecidos pelo seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que serão cumpridas todas as condições contratualmente assumidas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis e intangíveis são registados inicialmente em fundos patrimoniais e subsequentemente reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos assim financiados.

Os subsídios à exploração não reembolsáveis são reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

Imposto sobre o rendimento e Imposto sobre o valor acrescentado

A Mãe de Deus está isenta do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) ao abrigo da alínea b) do nº 1 do artigo 10º do CIRC com as restrições previstas no nº3 do mesmo artigo. No âmbito do Imposto sobre o valor acrescentado (IVA), a isenção está prevista no nº 7 do artigo 9º do CIVA.



3.2 – Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas:

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de aprovação das demonstrações financeiras e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva.

3.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Mãe de Deus.

4 – FLUXOS DE CAIXA

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa	1 404	1 451
Depósitos à ordem	<u>175 059</u>	<u>230 882</u>
subtotal	<u>176 463</u>	<u>232 332</u>
Depósitos a prazo	<u>264 000</u>	<u>182 950</u>
Total	<u>440 463</u>	<u>415 282</u>

Os depósitos a prazo existentes em 31 de dezembro de 2017 eram os seguintes:

Banco	Capital	Data de constituição	Data de vencimento	Taxa de juro
Caixa Agrícola dos Açores	40 000	10/03/2017	10/03/2018	0,55%
Montepio Geral	124 000	07/03/2017	07/03/2018	0,95%
CEA	100 000	20/01/2017	21/01/2018	0,85%
Total	<u>264 000</u>			

5 - POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

As políticas contabilísticas utilizadas durante o ano de 2017 não sofreram quaisquer alterações em relação às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2016, apresentada para efeitos comparativos e, também, não foram registados erros materiais relativos a exercícios anteriores.

6 – PARTES RELACIONADAS

A Mãe de Deus é uma associação de solidariedade social com estatuto de IPSS, que é gerida por um órgão executivo designado por Direção, eleito em Assembleia de associados, para mandatos trienais.

Os associados da Mãe de Deus, em número de 227 (227 em 31 de dezembro de 2016), estão sujeitos ao pagamento de joias e quotas. As joias/quotas anuais e saldos devedores apresentaram os seguintes valores para os anos 2017/2016:

R
f.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Associados		
Rendimentos de quotas	5 957	5 602
Saldos devedores	<u>19 527</u>	<u>15 645</u>

A composição atual dos Órgãos Sociais é a seguinte:

Assembleia Geral

Presidente – Maria Luísa Almeida Silva

1º Secretário – António Raúl Almeida de Medeiros

2º Secretário – Ilda Maria Pereira Leite Almeida Bráz

Direção

Presidente – José Manuel Matias Tavares Rodrigues

Vice-Presidente – Maria Luísa Silva Rocha

Secretário – Ana Catarina Matias Tavares Rodrigues

Tesoureiro – Maria José Lemos Duarte

Vogal – Liseta dos Anjos Melo Cabral Couto

Conselho Fiscal

Presidente – Ana Homem de Gouveia

Vogal – Ruben Mota Cordeiro

Vogal – Maria Graça Batista

7 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS:

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis em 2017 e 2016 resume-se como segue:

	<u>Edifícios</u>	<u>Equipamento básico</u>	<u>Equipamento de transporte</u>	<u>Equipamento administrativo</u>	<u>Outros AFT</u>	<u>Investimentos em curso</u>	<u>Total</u>
Ativo bruto							
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2016	3 089 731	382 008	109 498	63 877	148 095	12 924	3 522 279
Aumentos do ano	81 554	16 681	42 519	2 181	-	98 586	241 521
Diminuições do ano	(143)	(682)	(4 000)	-	-	-	(4 825)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017	3 171 142	398 006	148 017	66 058	148 095	111 511	4 042 829
Aumentos do ano	78 486	18 239	-	4 291	-	804 718	905 733
Diminuições do ano	(29)	-	-	-	-	(8 451)	(8 480)
Saldo final a 31 de dezembro de 2017	<u>3 249 598</u>	<u>416 245</u>	<u>148 017</u>	<u>70 349</u>	<u>148 095</u>	<u>907 778</u>	<u>4 940 082</u>
Depreciações e perdas por imparidades acumuladas							
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2016	1 679 130	351 327	91 580	56 173	144 600	-	2 322 810
Depreciações do ano	56 660	10 092	9 061	3 021	126	-	78 959
Correção do ano	-	-	(4 000)	-	-	-	(4 000)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017	1 735 790	361 419	96 640	59 194	144 726	-	2 397 769
Depreciações do ano	56 639	10 537	17 012	2 504	126	-	86 818
Correção do ano	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final a 31 de dezembro de 2017	<u>1 792 429</u>	<u>371 956</u>	<u>113 652</u>	<u>61 698</u>	<u>144 852</u>	<u>-</u>	<u>2 484 587</u>
Valor líquido em 2016	<u>1 435 352</u>	<u>36 588</u>	<u>51 376</u>	<u>6 864</u>	<u>3 369</u>	<u>111 511</u>	<u>1 645 060</u>
Valor líquido em 2017	<u>1 457 169</u>	<u>44 289</u>	<u>34 365</u>	<u>8 651</u>	<u>3 243</u>	<u>907 778</u>	<u>2 455 495</u>

R
F
10

8 - ATIVOS INTANGÍVEIS:

O movimento ocorrido nos ativos intangíveis em 2017 e 2016 resume-se como se segue:

	<u>Programas de computador</u>	<u>Ativos intangíveis em curso</u>	<u>Total</u>
Ativo bruto			
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2016	13 289	-	13 289
Aumentos do ano	4 567	-	4 567
Diminuições do ano	-	-	-
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017	17 856	-	17 856,48
Aumentos do ano	2 020	-	2 020,31
Diminuições do ano	-	-	-
Saldo final a 31 de dezembro de 2017	19 877	-	19 877
Amortizações e perdas por imparidades acumuladas			
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2016	10 974	-	10 974
Depreciações do ano	1 635	-	1 635
Correção do ano	-	-	-
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017	12 609	-	12 609
Depreciações do ano	2 726	-	2 726
Correção do ano	-	-	-
Saldo final a 31 de dezembro de 2017	15 335	-	15 335
Valor líquido em 2016	5 247	-	5 247
Valor líquido em 2017	4 542	-	4 542

9 - FINANCIAMENTOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo desta rubrica resume-se como se segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Financiamentos obtidos		
Banco SantanderTotta	84 241	98 216
	-	-
	<u>84 241</u>	<u>98 216</u>

Este financiamento a longo prazo, obtido junto do Banco SantanderTotta, destinou-se à aquisição de propriedades de rendimento, e está a ser normalmente reembolsado. A taxa de juro deste financiamento está indexada à Euribor a 6 meses mais um spread de 1%. Os juros suportados no âmbito deste financiamento constam da Nota 24.

R
f
11

10 – CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o saldo de clientes e utentes resume-se como segue:

Créditos a receber	2017	2016
Clientes e utentes		
Utentes creche	620	692
Outros	810	298
	<u>1 431</u>	<u>990</u>
Perdas por imparidades acumuladas	-	-
	<u>1 431</u>	<u>990</u>

11 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o saldo de Estado e outros entes públicos resume-se como segue:

	2017		2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento				
IRC a recuperar / a pagar	-	-	-	-
Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares				
Trabalho dependente	-	7 981	-	3 695
Rendimentos profissionais	-	23	34	-
Imposto sobre o valor acrescentado				
IVA - a recuperar / a pagar	55 338	-	21 035	-
Taxa social única e FCT				
	-	26 945	-	16 637
	<u>55 338</u>	<u>34 949</u>	<u>21 069</u>	<u>20 332</u>

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos e 5 anos no que respeita à segurança social, excepto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções fiscais, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Direção da Mãe de Deus entende que as correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais às declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.

12 – OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, esta rubrica resume-se como segue:

R
F
K

Outros ativos correntes	2017	2016
Adiantamentos ao pessoal	1 162	1 795
Juros a receber	2 897	1 469
Rendas	39 946	30 283
ISSA	7 591	14 329
Outros	6 946	71
	<u>58 542</u>	<u>47 946</u>
Perdas por imparidade acumuladas	-	-
	<u>58 542</u>	<u>47 946</u>

13- DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica de Diferimentos resume-se como segue:

	2017		2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Gastos a reconhecer				
Seguros	3 373	-	2 686	-
Outros gastos a reconhecer	130	-	130	-
Rendimentos a reconhecer				
Subsídios à exploração a reconhecer	-	-	-	-
Outros rendimentos a reconhecer	-	-	-	1 861
	<u>3 503</u>	<u>-</u>	<u>2 816</u>	<u>1 861</u>

14 – FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o saldo de fornecedores resume-se como segue:

Fornecedores	2017	2016
Fornecedores c/c	28 042	100 516
Outros	-	-
	<u>28 042</u>	<u>100 516</u>
Fornecedores de investimentos	257 543	-
Fornecedores com saldos devedores	6 046	2 798

Os principais fornecedores em 2017 foram – Marques, SA, HMT e Carlos Sebastião.

15 – OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o saldo desta rubrica resume-se como segue:

[Handwritten signature]
13

Outros passivos correntes	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fornecedores de investimentos	257 543	-
Férias e subsídio de férias	142 321	147 341
Remunerações a liquidar	-	36
Cauções - apartamentos	6 479	6 268
Utentes - abono de família	-	1 834
Diversos	14 560	6 984
	<u>420 902</u>	<u>162 463</u>

Nos Diversos, incluem-se valores a pagar à Casa dos Gaiatos, Lar Luís Soares de Sousa, entre outros.

16 – FUNDOS PATRIMONIAIS

Os Fundos da Mãe de Deus atingem o montante de 292.965 euros.

Os movimentos ocorridos nas rubricas de Fundos Patrimoniais em 2017 podem ser assim resumidos:

Fundos Patrimoniais	Saldo inicial	Apropriação de resultados	Variações	Saldo final
Fundos	292 965	0	0	292 965
Resultados transitados	736 035	6 757	0	742 793
Outras variações nos fundos patrimoniais	<u>737 709</u>	<u>0</u>	<u>636 070</u>	<u>1 373 779</u>
Sub-total	<u>1 766 709</u>	<u>6 757</u>	<u>636 071</u>	<u>2 409 536</u>
Resultado líquido do período	<u>6 757</u>	<u>(6 757)</u>	<u>76 449</u>	<u>76 449</u>
Total dos Fundos Patrimoniais	<u>1 773 465</u>	<u>0</u>	<u>712 519</u>	<u>2 485 985</u>

As Outras Variações nos Fundos Patrimoniais, no valor de 1.373.779 euros espelham os subsídios ao investimento (1.271.706 euros) que ainda não foram levados a rendimentos e Doações (102.073 euros) recebidas.

Em 2017 o valor da imputação de subsídios ao investimento (Nota 22) foi de 25.438 euros (27.815 euros em 2016).

17 –SERVIÇOS PRESTADOS

Abaixo apresentam-se as rubricas mais significativas referentes aos anos de 2017 e 2016:

R
f.
14

	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>Var.%</u>
Serviços prestados			
Creches	70 343	63 256	11%
Quotizações dos associados (Nota 6)	5 957	5 602	6%
Apartamentos turísticos	30 503	30 260	
Total	106 804	99 117	8%

18 – SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Abaixo apresentam-se as rubricas mais significativas referentes aos anos de 2017 e 2016:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>Var.%</u>
Subsídios à Exploração			
ISSA	1 297 425	1 170 319	11%
Vice-Presidência do GRA - Apoio ao empr	11 273	2 500	351%
Câmara Municipal de Ponta Delgada	4 847	-	
Total	1 313 545	1 172 819	12%

Abaixo elenca-se os Acordos de Cooperação com o ISSA e respetivos valores anuais:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>Var.%</u>
Acordos de Cooperação - ISSA			
Casa César Cabido, acordo nº 67	467 871	433 843	8%
Lua Nova, acordo nº 504	121 891	99 310	23%
Casa Maria do Santo Cristo, acordo nº 7	143 529	118 697	21%
Creche Mundo Infantil, acordo nº 718	225 142	219 814	2%
Casa Crescer, acordo nº 741	146 777	122 241	20%
Laço Materno, acordo nº 787	161 261	142 259	13%
Cantina Social	30 953	36 655	-16%
Total	1 297 425	1 172 819	11%

19 – CUSTO DOS CONSUMOS

Em 2017 e 2016, os consumos de matérias primas e materiais de consumo foram como se resume:

	<u>Matérias-primas</u>	<u>2017</u> <u>Materiais de consumo</u>	<u>Total</u>	<u>2016</u>
Inventário inicial	-	-	-	-
Compras	83 215	16 737	99 952	120 279
Inventário final	-	-	-	-
Custo dos consumos	83 215	16 737	99 952	120 279
Inventário final	-	-	-	-
Perdas por imparidades de inventários	-	-	-	-
Saldo líquido	-	-	-	-

Estes valores representam uma diminuição -17% face a 2016, consistindo em géneros alimentares, medicamentos e material de cozinha, para utilização dos utentes.

20 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os Fornecimentos e serviços externos do ano findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 detalham-se, nas suas rubricas mais relevantes, conforme se segue:

FSE	2017	2016	Var. %
Trabalhos especializados	12 623	11 041	14%
Honorários	18 903	16 270	16%
Conservação e reparação	23 491	25 745	-9%
Material de escritório	5 666	6 357	-11%
Eletricidade	24 437	22 660	8%
Combustíveis	22 563	20 759	9%
Água	15 043	13 939	8%
Rendas e alugueres	25 060	10 595	137%
Comunicações	14 624	10 053	45%
Seguros	4 425	3 488	27%
Contencioso e notariado	850	324	162%
Limpeza, higiene e conforto	30 212	31 191	-3%
Outros	20 702	17 185	20%
	218 599	189 607	15%

21– GASTOS COM PESSOAL

Os gastos com o pessoal no ano findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 detalham-se conforme se segue:

Gastos com pessoal	2017	2016	Var. %
Remunerações do pessoal	967 581	914 683	6%
Indemnizações	3 596	6 701	-46%
Encargos sobre remunerações	201 175	187 585	7%
Seguros de acidentes trabalho	9 773	5 521	77%
Outros gastos com pessoal	1 452	2 807	-48%
Total	1 183 576	1 117 298	6%

O número médio de trabalhadores ao serviço da Mãe de Deus foi:

2017 - 4 homens e 72 mulheres, perfazendo o total de 76 pessoas ao serviço;
2016 - 5 homens e 70 mulheres, perfazendo o total de 75 pessoas ao serviço;

22 – OUTROS RENDIMENTOS

No período findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, esta rubrica apresentava os seguintes valores:

Outros rendimentos	2017	2016	Var. %
Alienações	60 491	-	
Rendas	117 625	120 887	-3%
Imputação de subsídios ao investimento	25 438	27 815	-9%
Donativos em dinheiro	9 491	30 586	-69%
Donativos em espécie	2 046	4 423	-54%
Multas de processos de injunção	2 175	4 713	-54%
Consignação de IRS	4 390	3 630	21%
Abonos de utentes	32 719	43 384	-25%
Outros rendimentos e ganhos	473	4 952	-90%
	254 848	240 390	6%

23 – OUTROS GASTOS

No período findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica de outros gastos apresentava a seguinte composição:

Outros gastos	2017	2016	Var. %
IMI	1 142	517	121%
Correções relativas a exercícios anteriores	1	-	
Donativos	2 063	1 079	91%
Quotizações	554	150	
Multas e outras penalidades	1 702	1 326	28%
Outros	3 626	274	
	9 088	3 346	172%

24 – JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS DE FINANCIAMENTO

Os juros e outros rendimentos e gastos de financiamento em 31 de dezembro de 2017 e 2016 têm a seguinte composição:

	2017	2016
Juros e outros rendimentos		
Juros de depósitos	2 319	5 512
Juros de outras aplicações	-	695
Dividendos	20	45
Outros rendimentos	74	75
	2 414	6 328
Gastos e perdas de financiamento		
Juros suportados	404	773
Outros gastos	-	-
	404	773



17

Os juros obtidos resultam das aplicações realizadas com depósitos a prazo, dividendos e outras aplicações (Nota 4). Os juros suportados resultam do financiamento a longo prazo junto do SantanderTotta (Nota 9).

25- CENTROS DE CUSTOS

A contabilidade analítica da Mãe de Deus está organizada por centros de custos, visando espelhar a diversidade das suas valências, assim como uma leitura realista dos rendimentos e gastos afetos. Os quadros abaixo mostram o desempenho dos catorze centros de custos no período em análise:

Mãe de Deus, Associação de Solidariedade Social

Euros

Demonstração de Resultados por Centros de Custos - 2017	Notas	Casa C. Cabido 9001	Casa Crescer 90002	Res. Lua Nova 90003	Casa M.S.Cristo 90004	Laço Materno 90005	Casa Sorriso 90006
Rendimentos							
Vendas e Serviços Prestados		5 957	0	0	0	0	0
Subsídios à Exploração		483 992	146 777	121 891	143 529	161 261	0
Outros Rendimentos e Ganhos		98 642	4 360	0	0	422	1
TOTAL		588 591	151 137	121 892	143 529	161 683	1
Gastos							
Custo das Merc. V. das Mat. Consumidas		17 179	8 245	6 643	8 186	8 724	4 739
Fornecimentos e Serviços Externos		112 056	11 913	7 343	6 611	7 259	8 855
Gastos com Pessoal		412 981	119 107	112 748	111 822	138 379	19 268
Aumentos / Reduções de Justo Valor		0	0	0	0	0	0
Outros Gastos e Perdas		5 549	40	52	80	45	25
TOTAL		547 765	139 304	126 787	126 700	154 408	32 888
Res. antes de deprec., gastos financ. e impostos		40 826	11 832	-4 895	16 829	7 275	-32 887
Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização		36 604	10 546	1 662	794	2 264	332
Imparidade de invest. Dep. /amortiz.		0	0	0	0	0	0
Resultado Operacional		4 222	1 286	-6 557	16 036	5 010	-33 219
Juros e rendimentos similares obtidos		2 414	0	0	0	0	0
Juros e gastos similares suportados		404	0	0	0	0	0
Resultado antes de impostos		6 232	1 286	-6 557	16 036	5 010	-33 219
Imposto sobre o rendimento do período		0	0	0	0	0	0
Resultado Líquido do período		6 232	1 286	-6 557	16 036	5 010	-33 219

R

f

Mãe de Deus, Associação de Solidariedade Social

Euros

Demonstração de Resultados por Centros de Custos - 2017	Notas	Legado 9010	Prédio J. C. 90011	Creche 90012	Alegria sem idade 90013	F. Emerg. Social 90014	Apart. Tur. 90015	Donativos 90018	Cantina Social 90019
Rendimentos									
Vendas e Serviços Prestados		0	0	70 343	0	0	30 503	0	0
Subsídios à Exploração		0	0	225 142	0	0	509	0	30 444
Outros Rendimentos e Ganhos		970	120 597	8 640	3 061	5 160	0	12 942	54
TOTAL		970	120 597	304 125	3 061	5 160	31 012	12 942	30 498
Gastos									
Custo das Merc. V. das Mat. Consumidas		0	24	18 558	0	0	490	1 523	25 640
Fornecimentos e Serviços Externos		4 108	13 721	31 867	222	0	13 004	523	1 116
Gastos com Pessoal		0	0	230 365	19 573	0	9 040	0	10 292
Aumentos / Reduções de Justo Valor		0	0	0	0	0	0	0	0
Outros Gastos e Perdas		0	1 271	1	3	2 019	1	0	0
TOTAL		4 108	15 016	280 792	19 798	2 019	22 535	2 046	37 049
Res. antes de deprec., gastos financ. e impostos		-3 138	105 581	23 333	-16 737	3 141	8 477	10 896	-6 551
Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização		0	17 971	9 662	3 061	562	6 067	0	18
Imparidade de invest. Dep. /amortiz.		0	0	0	0	0	0	0	0
Resultado operacional		-3 138	87 610	13 672	-19 798	2 578	2 411	10 896	-6 569
Juros e rendimentos similares obtidos		0	0	0	0	0	0	0	0
Juros e gastos similares suportados		0	0	0	0	0	0	0	0
Resultado antes de impostos		-3 138	87 610	13 672	-19 798	2 578	2 411	10 896	-6 569
Imposto sobre o rendimento do período		0	0	0	0	0	0	0	0
Resultado Líquido do período		-3 138	87 610	13 672	-19 798	2 578	2 411	10 896	-6 569

Houve uma melhoria generalizada dos resultados dos Centros de Custos. A título de exemplo, a Casa César Cabido em 2016 obteve um resultado de -83.763 euros, passando este ano para +10.102 euros, a Casa Crescer de -12.099 euros em 2016 para +1.286 euros em 2017, e Laço Materno de -11.104 euros em 2016 para +5.010 euros em 2017.

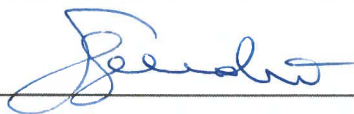
Confirma-se o bom desempenho dos rendimentos prediais espelhado no Centro de custos Prédio da Rua José do Canto (+87.610 euros) e dos Donativos (+10.896 euros).

26- ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pela Direção e autorizadas para emissão em 12 de março de 2018.

Não houve conhecimento de mais eventos ocorridos que afetam o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

Ponta Delgada, 12 de março de 2018



José Manuel Gaudêncio

Contabilista Certificado nº 1694

